

## LOPO VAZ DE SAMPAIO E MELO

Lopo Vaz de Sampaio e Melo nasceu a 29 de Setembro de 1848, no concelho de Sabrosa, e veio a falecer em 20 de Março de 1892. Descendia da casa de Espinhola, família do antigo governador da Índia Lopo Vaz de Sampaio. Terminando a licenciatura em Direito, prosseguiu



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

os estudos para obter o grau de doutor, que, no entanto, viria a interromper por ter sido eleito deputado na legislatura de 1870, pelo Partido Reformista. Quando foi reeleito em 1877, por via de uma eleição suplementar, já fazia parte das fileiras do Partido Regenerador.

Nomeado director-geral da Instrução Pública em Setembro de 1878, exerceu esse cargo por pouco tempo, porque, em Novembro do mesmo ano, passou para a Direcção-Geral das Alfândegas e Contribuições Directas.

Em 1880, foi alvo de uma grave doença e, aconselhado a experimentar a medicina estrangeira, visitou a França, a Bélgica e a Inglaterra, onde recolheu novos conhecimentos sobre as práticas destes países em todos os assuntos que se podiam relacionar com a sua posição burocrática. Quando, em 25 de Março de 1881, António Rodrigues Sampaio foi chamado a constituir gabinete, convidou-o para ministro dos Negócios da Fazenda, após a recusa de Fontes Pereira de Melo. À frente dessa pasta, que sobraçou até 11 de Novembro de 1881, apoiou, com subsídios, um grupo de bancos do Porto a construir a linha férrea de Barca de Alva a Salamanca, sob o pretexto de obviar aos prejuízos que a linha da Beira Alta podia causar à cidade nortenha, ao desviar o tráfego para a Figueira da Foz. Procedeu, ainda, à reforma da Contabilidade Pública, pela Carta de Lei de 25 de Junho, cujo legado se prolongou pelo século XX.

Regressou às funções ministeriais em 24 de Outubro de 1883, após uma reestruturação que colocou na liderança do executivo Fontes Pereira de Melo. Abraçando, então, a pasta da Justiça,

procedeu à reforma do Código Penal, antes de sair por ocasião da demissão do chefe do Governo, em 12 de Fevereiro de 1886. Após a morte inesperada de Fontes Pereira de Melo, em 1887, assume um papel preponderante na vida interna do Partido Regenerador, ao ponto de recair em si a escolha daquele que viria a ser o novo líder, António de Serpa Pimentel.



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

Na sequência do *Ultimatum* inglês, de 11 de Janeiro de 1890, que levou à demissão do governo progressista e à subida ao poder do Partido Regenerador, voltou a assumir a pasta da Justiça, num período especialmente atribulado, a que respondeu com medidas de repressão. É disso expressão a reforma da Lei da Imprensa, decretando-se a suspensão dos jornais em caso de abuso e a supressão por reincidência, e a firmeza com que tentou conter o povo de Lisboa e Porto, o que lhe motivou os mais veementes protestos, sem lograr obter os resultados desejados. A sua demissão – como, de resto, de todo o gabinete – viria a ocorrer em Setembro seguinte, motivada pela promulgação de um acordo com a Inglaterra. No entanto, voltou às responsabilidades governativas em Maio de 1891, como ministro dos Negócios do Reino e da Instrução Pública do executivo extrapartidário chefiado pelo general João Crisóstomo, mas logo se viu privado do exercício das suas funções devido a problemas de saúde, facto que o levou a ausentar-se da capital para tratamentos. Quando retomou as pastas de que havia sido incumbido, pouco tempo restaria até à queda do governo, que durou apenas sete meses. Pelo meio, o seu estado de saúde agravara-se, sobrevivendo por pouco tempo ao fim da sua última experiência governativa. Foi, também, vogal do Supremo Tribunal Administrativo e par do Reino.